



NIKKEIS, JAPONESSES OU BRASILEIROS? IDENTIDADE JAPONESA 50 ANOS APÓS A IMIGRAÇÃO

André Luis Ramos Soares ¹
Tomoko Kimura Gaudioso ²

A imigração japonesa no Brasil Meridional completou 50 anos com grande festividade, diluída pelas comemorações do centenário que se espalharam no país. Pouco conhecida em detrimento da intensa pesquisa realizada nos estados de São Paulo e Paraná, entre outras, a imigração tardia e numericamente menor tem despertado o interesse de alguns pesquisadores que vêem nos nipônicos do pós-guerra um acervo rico na manifestação sócio-cultural dos insulares antes da ocupação americana, que deixou marcas visíveis até os dias atuais. Este trabalho busca apresentar uma das questões nevrálgicas à comunidade, que é o sentimento de pertença. Enquanto os imigrantes consideram-se japoneses (*nihonjin*), a identidade dos filhos dos japoneses nascidos no Brasil (*nisseis*), ou mesmo as crianças que vieram com pouca idade para o Brasil são flutuantes e organizadas conforme diversos elementos. A utilização do termo *nikkei* (japonês ou descendente residente no Brasil) mascara um problema de longa data, que é a pergunta: Afinal, como os japoneses e descendentes se percebem após cinquenta anos de imigração e residência no Brasil? Que legado eles preservam como identificador do país de origem? Longe de uma solução, pretendemos avançar na perspectiva de discutir a formação das identidades imigrantes e suas estratégias de inserção na comunidade nacional.

A questão da identidade no Japão

A identidade japonesa é uma construção histórica, social e cultural como outras tantas. Na constituição dos estados nacionais da Europa, as categorias identitárias foram muitas vezes confundidas com a constituição emergente dos estados-nação. No caso do Japão, embora o conceito de *Dai Nippon* exista muitos séculos antes dos estados europeus, a constituição da nação como unidade nacional deve ser vista como um fenômeno do século XVI a partir da unificação dos diversos feudos sob o comando militar do clã Tokugawa. Por outro lado, como afirma alguns historiadores, a Restauração do poder dada a família imperial em 1861 é que de fato unificaria o Estado japonês, como império de fato e de direito, ao contrário da perspectiva da história oficial

¹ Professor Doutor, Departamento de História, CCSH, UFSM. E-mail: alrsoaressan@gmail.com.

² Professora Mestre, Dep. de Línguas Modernas, Instituto de Letras, UFRGS. E-mail: tomokogaudioso@yahoo.com.br.



japonesa, que considera a consolidação do Estado através do primeiro imperador Jimmu e a criação do estado de Yamato, ainda no século VI.

O que pode se afirmar é que a questão da identidade “japonesa” passou a ser relevante ao próprio povo japonês somente quando fechou os portos aos estrangeiros, em 1603, sob ordem do Ieyasu Tokugawa, já que antes disso, o império japonês se preocupou mais em absorver culturas estrangeiras vindas principalmente da China, além de países ocidentais como o Portugal que, no século XV, se empenhou em catequizar os japoneses, do que valoriar a sua própria cultura. Desde então, por longos 250 anos em que o país esteve fechado ao estrangeiro, até 1861, os japoneses tiveram tempo suficiente para estudar sua própria identidade, cultura e tradição, criando para isso, os estudos *kokugaku*, em contraste com o *rangaku*, os estudos de “assuntos holandeses” referindo-se esta aos estudos de conhecimentos oriundas do estrangeiro, especialmente os europeus.

Quando finalmente houve restauração do poder governamental às mãos do Imperador Meiji, já no século XIX, o conceito de identidade japonesa estudado no *Kokugaku* foi enfatizado para consolidar a hegemonia do país enquanto império, fortalecendo a imagem do poderio imperial e valorizando o espírito nipônico identificado como *Yamato damashii*. Isto explica o fato de os próprios japoneses e mesmo entre os imigrantes serem preconceituosos por serem de diferentes províncias ou regiões (o caso mais clássico é o preconceito entre os oriundos da ilha de Honshu e da ilha de Okinawa, império autônomo incorporado no séc. XIX, ou entre os japoneses e os Ainos-nativos habitantes de Hokkaido, a exemplo de ameríndios, sem falar no preconceito contra os descendentes de “castas” mais baixas, como os Etas³). Identificando-se à região de sua origem, os japoneses pouco se importam com os *estranhos* à sua terra natal, tendem a agruparem-se entre os seus, formando associações, se migram de uma região para outra preferindo sempre onde há presença de seus conterrâneos.

Além disso, existe uma questão nevrálgica para a compreensão da sociedade nipônica que é a noção de coletividade e heteronomia, ao contrário da sociedade ocidental que prega a valorização da individualidade e da autonomia (Kikuchi, 2004). Estas formas de percepção da sociedade fizeram da comunidade nipônica um grupo que, depois de dar-se conta da impossibilidade de retorno ao solo pátrio, tornaram-se transnacionais no Brasil, uma vez que não abriram mão da nacionalidade japonesa, mas buscavam a ascensão social em nossas terras enquanto se integravam parcialmente à sociedade nacional (Castro, 1994).

³ “Mapas históricos no Google Earth geram polêmica no Japão”, publicado originalmente em 04 de maio de 2009. In: ASSOCIATED PRESS, disponível em <http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI3743271-EI4802,00-Mapas+historicos+no+Google+Earth+geram+polemica+no+Japao.html>, último acesso em 16 de junho de 2010.



Outro aspecto que pode se observar é que, mesmo estando em país estrangeiro, os japoneses e os nikkeis manifestam os seus sentimentos de pertença mais ligados à terra de origem dos ancestrais do que o próprio país, o Japão. Esse comportamento é observado através da formação e preservação de colônias com predominância de nikkeis de determinadas províncias como ocorre em colônia de Ivoti (província de Kagoshima), colônia de Itapuã (província de Hokkaido) e colônia de Santa Maria (província de Kumamoto).

Ao mesmo tempo, a “mania associativa” fez da convivência entre os imigrantes uma forma de amenizar o impacto do *gap* cultural existente entre brasileiros e japoneses (Ikari, 2005). Ainda, limitam o contato com os *gaijins*⁴ ao estritamente necessário, mantendo também a hierarquia vertical e horizontal dentro e fora do grupo de imigrantes (Kikuchi, 2004).

Nesse sentido, entre os próprios imigrantes japoneses, observa-se que formou grupos e comunidades específicas conforme suas regiões de origem, mesmo não se caracterizado em forma de colônia, como a formação de associações conhecidos com nome de *kenjin-kai*. Estas associações, formadas por pessoas com mesma província de origem, cada qual com atividades peculiares, preservam algumas peculiaridades da região e, principalmente dos dialetos que, como um dos elementos identificadores do grupo, interfere na interação entre as comunidades.

A imigração para o Brasil

Embora a presença de japoneses fosse bem anterior ao século XX (há relatos de naufragos japoneses em navio russo que passaram pelo litoral catarinense em 1803 bem como iniciativas isoladas no final do mesmo século⁵), a imigração japonesa no Brasil iniciou em 18 de junho de 1908, quando o navio *Kasato Maru* aportou em Santos, estado de São Paulo, trazendo a primeira leva de imigrantes procedendo do Japão (Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil – CEHIJB, 1992, p.36-37).

A lavoura cafeeira, sedenta de braços, não consegue fixar o imigrante europeu. Paralelamente, a crise sócio-econômica no Japão no final do século XIX e início do XX incentivam o imperador a estimular a emigração de grandes contingentes populacionais para outros países mais ricos.

⁴ *Gaijin* é a palavra japonesa que designa estrangeiro. Era a forma como se referiam aos brasileiros no momento de sua chegada, em oposição aos *Nihonjin*, japoneses.

⁵ GAUDIOSO, Tomoko Kimura . *Os japoneses no Brasil - seus primeiros contatos*. In: Anais do XIV Encontro nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. Assis : Universidade Estadual Paulista, 2003. v. 1. p. 145-153.



Como os contatos entre os fazendeiros brasileiros e o governo japonês já ocorriam desde 1890, em 1907 é assinado um contrato entre o estado de São Paulo e a *Empire Emigration Company*, com o intuito de trazer 3000 imigrantes em caráter experimental (CEHIJB, 1992, p.55) a fim de suprir os braços para o cultivo de café. Em 1908 desembarcam então 781 imigrantes, lavradores contratados pela Companhia Imperial de Colonização Ltda.

Como destaca a CEHIJB,

não existe nada escrito sobre as impressões, sensações e pensamentos de cada um naquele momento histórico. É possível imaginar que provavelmente todos sentiram, ao lado de grande esperança de começar uma nova vida em país novo e desconhecido, um turbilhão de inquietações e incertezas quanto ao futuro (1992, p.64).

Entretanto, a crise da produção do café, associada ao não-cumprimento de diversas promessas fez que os imigrantes abandonassem as fazendas tão logo quitassem as dívidas de viagem e aquelas contraídas durante sua permanência. Tampouco posteriormente há documentos ou registros sobre a passagem dos primeiros imigrantes da condição de colonos para lavradores autônomos (CEHIJB, 1992, p.77).

A imigração japonesa no Rio Grande do Sul começa de forma assistemática a partir de 1920, com a chegada de dois japoneses de São Paulo. Depois da formalização da imigração japonesa pelo estado do Rio Grande do Sul, em 20 de agosto de 1956 chegam 23 jovens que marcam a chegada de grupos que, até a extinção da imigração em 1963, totalizou 1.786 japoneses (Gaudioso, s.d.).

Esta nova fase [após 2ª guerra] teve como característica principal a mudança de mentalidade do imigrante japonês em relação ao seu status social no Brasil, ou seja, ele passou a ver no Brasil, não mais como um lugar para se adquirir riquezas e retornar para seu país de origem e lá construir sua vida, mas, sim, como um país que tinha, e tem, muito a lhes oferecer, a ponto de fixarem residência no Brasil em caráter definitivo.⁶

Em abril de 1957 um grupo de imigrantes chega no *Afurika Maru* e, do porto de Rio Grande, é transportado para Uruguaiana, para trabalhar nas lavouras de arroz. Em 20 de abril de 1958 um grupo de 14 famílias⁷ sai de Uruguaiana para servir de mão de obra em Santa Maria, no mesmo ano do centenário da cidade.

Caracterizando uma imigração recente (1957) e sistemática, uma vez que foi realizada sob os auspícios de empresas particulares de imigração, é notável que muito pouco se saiba sobre sua cultura, sociedade ou história destes imigrantes. Este fato deve-se, em parte, pela transnacionalidade

⁶ USHIDA, Marco Antônio Tuchtgen. *A imigração Nipônica no Rio Grande do Sul*. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, dezembro de 1999, p. 18.

⁷ Famílias Noda, Suwa, Kaneda, Iguchi, Takahama, Hayashida, Yamamoto, Nishino, Kimura, Ueno, Nakashima, Kiyama, Kitashima, Morikawa, além das famílias Miyamoto, Sugimoto e Unoshima que retornaram ao Japão.



criada (Castro, 1994) e pela mentalidade dos imigrantes em formarem colônias, que buscavam manter aspectos da sociedade nipônica nos lugares para onde migravam.

Porém, quando se trata de buscar uma identidade cultural entre os nipo-descendentes no Brasil, veremos que a questão tem outros vieses que devem ser observados a fim de evitar reducionismo ou minimalismo, simplificando demasiadamente o problema.

A “*identidade nikkei*”

Colocamos a “*identidade nikkei*” entre aspas para iniciar um debate que tem diversos matizes, históricos, sociais, culturais e políticos. Historicamente, sabemos que não há uma identidade dada espacialmente ou congelada no tempo, mas são construções artificiais que atendem interesses específicos, conscientes ou não, para a inserção, diferenciação ou exclusão de si ou de outro em determinados círculos de memória, cultura e poder.

As identidades culturais provêm de alguma parte, tem histórias. Mas, como tudo que é histórico, sofrem transformação constante. Longe de fixas eternamente em algum passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo ‘jogo’ da história, da cultura e do poder. As identidades, longe de estarem alicerçadas numa simples ‘recuperação’ do passado, que espera ser descoberto e que, quando o for, há de garantir nossa percepção de nós mesmos pela eternidade, são apenas os nomes que aplicamos às diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos, nas narrativas do passado.⁸

Nikkei, ou como são denominados os japoneses e todos os diversos graus de descendência – isseis, nisseis, sanseis, yonseis, goseis, são aqueles - auto-intitulados ou não -, os imigrantes em primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração, descendentes de japoneses. “Vulgarmente se chama nissei, sansei, yonsei, ‘nãosei’ e depois ‘bagunsei’ ... dado o fenômeno de miscigenação que está ocorrendo com muita facilidade.”⁹

Assim, encontrei na imprensa e nos escritos do meio acadêmico, nomes diversos para designar estas pessoas, tais como nikkeis, nipo-brasileiros, nikkeijin, nissês, japoneses-brasileiros, ascendência nipônica *etc.* Somente este fato já me apontou para a realidade que pretendia confirmar, ou seja, que a questão da identidade destas pessoas já se fazia complicada mesmo aqui no Brasil ...¹⁰

Da mesma forma, mais do que uma pertença construída em uma identidade cultural sobre uma ancestralidade ou história comum (conforme Hall, 1996), há um preconceito de marca em

⁸ HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural*, nº 24, p.68-75.

⁹ NINOMIYA, Masato. O Fenômeno Dekasegi, In: *Anais do XII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa e II Encontro de Estudos Japoneses*, Instituto de Letras da UFRGS, 2001, pg. 93-99.

¹⁰ OLIVEIRA, Adriana Capuano. *Japoneses no Brasil ou Brasileiros no Japão? A trajetória de uma identidade em um contexto migratório*. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a152.pdf>, último acesso em 17 de junho de 2010.p. 3.



relação aos nipônicos, ou seja, os “japoneses” são identificados fenotipicamente, pela constituição dos olhos na qual se “percebe” a presença da prega mongólica.

Esta foi a linguagem do meio acadêmico e culto, pois no senso comum estas pessoas são chamadas freqüentemente, e sem o menor pudor da parte de quem as chama, simplesmente de japoneses, mesmo que estes já façam parte da terceira ou quarta geração de descendentes de japoneses, e que jamais tenham posto os pés no Japão, e que não falem absolutamente nada de japonês, e que não tenham nenhum direito político na sociedade japonesa, e não saibam fazer comida japonesa, etc, etc...¹¹

Nesse sentido, a própria sociedade não-nikkei lembra aos descendentes dos imigrantes japoneses a sua origem ancestral mesmo que ela seja apenas biológica, sem rastro cultural. Os descendentes sem fenótipo asiático, por sua vez, passa despercebido pela sociedade como nikkei, mesmo tendo comportamento nitidamente japonesa.

Ainda, a consagração dos termos em japonês advém da discussão acadêmica sobre a descendência ‘pura’, ou de japoneses ‘castiços’, em detrimento das miscigenações que gerariam ‘mestiços’, por sua vez marginalizados entre os imigrantes. Embora saibamos que os nascidos em território nacional sejam brasileiros, ainda é comum observar os filhos dos imigrantes manterem a pertença de ‘japoneses’ em primeiro plano ou como forma de auto-referenciação. Por isso, a definição destes termos passou por debates que foram muito além da questão social ou política, porque envolviam esferas de migração recente e identidade ainda por cristalizar.

O japonês-brasileiro, ou seja, o descendente de japonês é atualmente denominado de nikkei, não importa a que geração pertença. Esta denominação está sendo utilizada desde a Convenção Panamericana Nikkei ocorrida em 1985, em São Paulo, que adotou a terminologia para todos os descendentes os japoneses nas Américas. Antes, usava-se a terminologia nisei, para para os descendentes dos imigrantes, sansei, para os descendentes de terceira geração no Brasil. Esta terminologia foi adotada na década de 1950, substituindo o termo dainisei.¹²

A Associação Kaigai Nikkeijin Kyoukai define os *nikkei* do exterior como “aquele que saiu do Japão e reside no exterior, munido do objetivo de viver definitivamente nessas terras, e seus descendentes da segunda, terceira, quarta, e demais gerações, independente de sua nacionalidade ou mistura”, de modo que não se observa a valorização da cultura ou tradição japonesa, dando importância somente ao fato do indivíduo portar gene japonês, o que preocupa aos antropólogos visto que o elemento “cultura”, objeto principal da pesquisa fica ausente sob este ponto de vista¹³.

O sentimento de pertença à determinada sociedade ocorre quando o indivíduo se sente confortável àquele ambiente. Assim, enquanto a sociedade local identifica os nikkeis como alguém

¹¹ Idem, p.3.

¹² SAKURAI, Célia. Romanceiro da Imigração Japonesa, Série Imigração, São Paulo, Editora Sumaré, FAPESP, 1993, Série Imigração vol 4. , p.21.

¹³ <http://www.jadesas.or.jp/PT/aboutnikkei/index.html>, acessado em 29/06/2010.



que tem fisionomia diferente dos seus e isto os incomoda ou exista a exigência por parte do grupo que este nikkei tenha um comportamento diferente aos demais membros, não se pode afirmar que ele está totalmente integrada à esta sociedade. Neste sentido, o que pode se perceber no comportamento da comunidade nikkei do Rio Grande do Sul da primeira e da segunda geração nesses cinco décadas de imigração é o desinteresse pela preservação consciente da cultura japonesa talvez na tentativa de integração à sociedade local ou simplesmente a negação à sua origem por ter sido abandonados pela pátria mãe.

Ao observar o comportamento dos imigrantes mais idosos, percebe-se que o mesmo não se repete entre os nikkeis de segunda geração, mais interessados em realizarem festas e comemorações como qualquer brasileiro da mesma idade. Os imigrantes, por sua vez, questionados a respeito das festas tradicionais japoneses, com exceção de algumas celebrações como celebração aos falecidos e festa em homenagem aos idosos, poucos sabem ou mantêm o costume praticados no Japão. Observou-se, outrossim, que muitas famílias dos imigrantes não praticavam as celebrações e festas considerados tradicionais como a festa do dia das meninas, a festa do dia dos meninos e algumas festas sazonais, ainda mesmo no Japão, de modo que poderá desenvolver a pesquisa a respeito na oportunidade adequada.

Os descendentes de terceira geração, por sua vez, diferentemente de seus pais e avós, se manifestam favoráveis ao resgate da cultura de origem. Mestiços ou não, estes descendentes chamados *sansei*, buscam informações acerca da cultura e tradição japonesa, procuram estudar a língua japonesa e formam grupos de jovens, entre os descendentes de pais de sangue japonesa, os mestiços e mesmo brasileiros, na tentativa de resgatar e inserir a cultura japonesa ao seu comportamento do dia-a-dia. Há uma releitura e reconstrução da cultura japonesa, portanto, enquanto cidadão de nacionalidade brasileira e integrante da comunidade gaúcha. Nesse sentido, pode-se afirmar que esses indivíduos de origem japonesa são uma das etnias formadoras do povo brasileiro.

Considerações finais

O sentimento de pertença a uma determinada sociedade é uma das características do ser humano e essência de sua sobrevivência. Então, o que acontece quando um indivíduo de uma cultura completamente distinta é inserido na outra sociedade onde todas as regras de comportamento são estranhas? Como sobreviver neste meio? Até que ponto a cultura de origem se preserva e de que modo a pessoa se identificará como ser integral? Essas perguntas sempre são



feitas nem sempre acompanhadas de respostas satisfatórias ou convincentes. No caso de imigrantes oriundas do Japão de pós-guerra e descendentes da segunda, terceira, quarta, e demais gerações, já integradas ao Brasil, pouco se fez para transmitir a cultura ou tradição, talvez por necessidade de sobrevivência. Passado cinquenta anos de imigração e estabilizando-se economicamente, o sentimento de pertença à país de seus antepassados emerge entre os descendentes de terceira geração, fato observado pela formação de grupo de jovens que, ao resgatar vários aspectos da cultura japonesa através de informações advindos do ambiente externo às suas famílias, tentam assimilar a cultura japonesa enquanto nikkeis. Assim, enquanto a sociedade local identifica os nikkeis como alguém que tem fisionomia diferente dos seus, portadores de olhos puxados e madeixas negras, os próprios descendentes, mesmo com aparência européia por mestiçagem, tentam reconstruir a cultura de seus antepassados japoneses. Essa tentativa de releitura e reconstrução da cultura japonesa em solo rio-grandense por esses indivíduos, enquanto cidadão de nacionalidade brasileira e integrante da comunidade gaúcha é digno de se dizer que os nikkeis de origem japonesa são uma das etnias formadoras do povo brasileiro.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO KAIGAI NIKKEIJIN KYOUKAI. *Quem são os nikkeis no exterior?* In: <<http://www.jadesas.or.jp/PT/aboutnikkei/index.html>>, acessado em 29/06/2010.

ASSOCIATED PRESS. Mapas históricos no Google Earth geram polêmica no Japão, publicado originalmente em 04 de maio de 2009. Tradução de *Paulo Migliacci* In: ASSOCIATED PRESS, disponível em <<http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI3743271-EI4802,00-Mapas+historicos+no+Google+Earth+geram+polemica+no+Japao.html>>, último acesso em 16 de junho de 2010.

CASTRO, Marco Luiz de. Entre o Japão e o Brasil: A trajetória do imigrante. *Estudos Japoneses*, São Paulo, n. 14, pp. 73-92, 1994.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil, CEHIJB. *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

CHAGAS, Mário. Museus: Antropologia da Memória e do Patrimônio. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 31, Ministério da Cultura, Brasília, 2005. p. 20.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. *Os japoneses no Brasil - seus primeiros contatos*. In: Anais do XIV Encontro nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. Assis : Universidade Estadual Paulista, 2003. v. 1. p. 145-153.



GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Imigração Japonesa no RS. In: Cinquentenário da Imigração Japonesa no RS. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/imigracaojaponesa/default.php?p_secao=16>, último acesso em 10 de abril de 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: vértice, 1990. (original publicado em 1950).

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural*, nº 24, 1996.p. 68-75.

IKARI, Luci Tiho. Lazer do Imigrante Japonês no Brasil. *Estudos Japoneses*, São Paulo, n. 25, pp. 71-80, 2005.

KIKUCHI, Wataru. Sociedade Japonesa: Base Estrutural das Relações Sociais. *Estudos Japoneses*, São Paulo, n. 24, pp. 107-124, 2004.

NINOMIYA, Masato. O Fenômeno Dekasegi, In: Anais do XII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa e II Encontro de Estudos Japoneses, Instituto de Letras da UFRGS, 2001, pg. 93-99.

OLIVEIRA, Adriana Capuano. *Japoneses no Brasil ou Brasileiros no Japão? A trajetória de uma identidade em um contexto migratório*. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a152.pdf>>, último acesso em 17 de junho de 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricas*, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1992. .p.2

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricas*, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1989. p. 5-10-4

SAKURAI, Célia. *Romanceiro da Imigração Japonesa*, São Paulo, Editora Sumaré- FAPESP, 1993, Série Imigração vol 4.

SOARES, André Luis Ramos; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. et. all. *50 anos de História: Imigração Japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil (1958-2008)*. Editora Maria do Cais, Itajaí, SC, 2008, 200 p.

SUZUKI, Tae. Cultura e Sociedade Japonesa: da época primitiva às origens do Estado. *Estudos Japoneses*, São Paulo, n. 23, pp. 75-90, 2003.

USHIDA, Marco Antônio Tuchtgen. *A imigração Nipônica no Rio Grande do Sul*. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, dezembro de 1999, p. 18.